

A renovação das conjunções*

Antoine Meillet**

RESUMO: Este trabalho aponta, com base em extensas comparações entre as línguas indo-europeias, para a renovação constante das conjunções em função das necessidades expressivas dos falantes, opondo-se, pois, à tendência esperada de manutenção daquelas em línguas de uma mesma família. Ainda que sua origem remonte à linguagem familiar, é na língua erudita que as conjunções são desenvolvidas e fixadas, uma vez que esta última é particularmente suscetível ao empréstimo de palavras de todo tipo. Dessa forma, demonstra-se como, salvo algumas partículas indispensáveis, as conjunções são pouco empregadas na língua corrente e, ainda assim, estão sujeitas a se renovar ininterruptamente.

Palavras-chave: conjunção; línguas indo-europeias; renovação.

RÉSUMÉ: Fondée sur des comparaisons extensives entre les langues indo-européennes, cet article décrit le renouvellement constant des conjonctions en fonction des nécessités d'expression des sujets parlants, en dépit de la tendance attendue au maintien des conjonctions dans les langues d'une même famille. Bien qu'elles trouvent ces origines dans le langage familier, c'est dans la langue savante qu'on les développe et les fixe, vu que celle-ci est particulièrement susceptible aux emprunts des tous les types de mots. De cette façon, l'auteur nous montre comment, à l'exception de quelques mots indispensables, les conjonctions sont peu employées et sont sujettes à se renouveler sans cesse.

Mots-clés: conjonction ; langues indo-européennes ; emprunts ; renouvellement.

Todas as condições que determinam a estabilidade das palavras parecem reunidas para garantir a persistência das conjunções no decorrer do desenvolvimento das línguas. A frequência do uso fixa as palavras na memória dos falantes. As palavras mais empregadas são, aliás, aquelas conhecidas e utilizadas por todos os membros da comunidade linguística; são, por conseguinte, aquelas que somente podem ser alteradas em função de um consentimento comum a todos os sujeitos, de certa forma, e que causam maior desconforto se alteradas. Ora, certas conjunções são de emprego constante, e mesmo as conjunções menos usuais reaparecem em frases múltiplas.

As palavras estão sujeitas à variação quando as coisas expressas se transformam; ora, as conjunções expressam noções permanentes e nada provoca sua variação. Além disso, as palavras são frequentemente substituídas quando os usos sociais, crenças,

* Título original "Le renouvellement des conjonctions". Tradução de Iago Medeiros, revisão de Enilce Albergaria. Este artigo foi traduzido no âmbito do Estágio Supervisionado - Francês, do Bacharelado em Tradução da FALE-UFJF.

** Professor no Collège de France e diretor de estudos na École des hautes études.

modas, provocam a sua eliminação, parcial ou total, transitória ou durável; a todas essas causas de mudança, as conjunções escapam naturalmente: não existe interdição de vocabulário que possa afetá-las.

Frequentemente, o vocabulário se modifica quando do empréstimo de palavras de línguas estrangeiras e da substituição dos termos da língua nativa pelos termos estrangeiros, aparentemente mais elegantes. As conjunções são pouco sujeitas a empréstimo; é verdade que disso elas não escapam completamente, e o turco otomano literário, por exemplo, valeu-se da conjunção persa *ki* “que”; *mas esse é um caso excepcional*.

Enfim, as conjunções são partículas cujo papel é quase gramatical: elas são geralmente incluídas nas gramáticas. Ora, sabemos que a morfologia é o que há de mais duradouro nas línguas. M. Terracher mostrou que os falares locais franceses, cujo vocabulário é impregnado de elementos não locais, guardaram muitos traços antigos na sua gramática. E é quase unicamente por meio da morfologia que podemos fazer uma classificação genealógica das línguas.

Logo, as conjunções deveriam se perpetuar de uma maneira quase indefinida, e as línguas de uma mesma família deveriam apresentar as mesmas conjunções, sem nenhuma mudança além daquelas exigidas pelas variações de pronúncia.

Ora, de fato observamos uma situação exatamente inversa da esperada. As diversas línguas indo-europeias apresentam conjunções muito diferentes umas das outras; algumas conjunções, como *ἴνα*, em grego, são de origem completamente obscura, a etimologia de muitas é incerta. As línguas românicas também possuem, em uma grande medida, conjunções diferentes, muitas das quais não são uma continuidade da conjunção latina: a mais importante das conjunções francesas de subordinação, *que*, não representa exatamente uma conjunção do latim antigo; o romeno, em particular, possui conjunções muito diferentes da maioria das outras línguas latinas. Do mesmo modo, o alemão e o inglês estão longe de coincidir: *und* e *and* não são idênticos; *wenn* e *if* são completamente distintos. Mesmo entre as línguas eslavas, as diferenças são notáveis e, uma vez que se trata de conjunções, a estreita semelhança das línguas eslavas entre si não mais vem à tona.

Conhecemos poucas conjunções que sejam certamente de data indo-europeia. E as duas únicas conjunções indo-europeias, cuja existência foi atestada, desapareceram no decorrer da história das línguas.

A conjunção que significava “e” era enclítica e representada pelo sân. *ca*, zend *ča*, ant. pers. *čā*, gr. *τε* e lat. *que*, ou seja, um indo-europeu **k^we*. De uso corrente em datas antigas, essa partícula não sobreviveu nem nas línguas da Índia, nem em iraniano, nem em grego moderno, nem nas línguas românicas. O gótico ainda possuía um resquício do indo-europeu **k^we* no *-h de nih* “e não”; *mas, na língua, essa partícula enclítica não se manteve em germânico, assim como em indo-iraniano, grego ou latim; e, mesmo em gótico, o -h não mais existia em estado isolado*.

A conjunção que significava “ou” também era uma pequena palavra enclítica, representada pelo sân. *vā*, ant. pers. *vā*, lat. *ue*. Ela pode ser encontrada, alongada, no kucheano (tocariano B) *wat*. O grego também não a possuía em estado isolado, e só era conhecida quando agrupada com *ῥi-* em *ῥi(F)ε*, que se encontra em Homero e que deu origem ao *ἢ* do ático. Essa partícula indo-europeia **wē* foi eliminada no decorrer da história das línguas, assim como **k^we*. O próprio grego antigo já não a apresentava mais em estado isolado.

Se não tivéssemos acesso às antigas formas das línguas indo-europeias, atestadas como de antes da época cristã, não teríamos nenhuma ideia precisa a respeito dessas duas partículas que ocuparam um grande espaço em indo-europeu. A eliminação muito

precoce do indo-europeu **k^we* e **wǣ* pode estar ligada, e está, em grande medida, ao fato de que essas partículas enclíticas possuem um caráter particular ao indo-europeu, e não puderam ser mantidas quando esse tipo começou a se alterar profundamente: pospor as palavras acessórias da frase às palavras principais é algo especificamente indo-europeu. Uma causa especial, de caráter sintático, pode ter contribuído, nesse caso, para a eliminação das duas conjunções indo-europeias mais importantes.

E é a eliminação do relativo indo-europeu que mostra que foi essa tendência universal, a eliminar as ferramentas que servem ao agrupamento das frases, que interferiu no desaparecimento do **k^we* e do **wǣ*. A existência de um relativo indo-europeu é atestada pela concordância entre o sân. *yáh*, avéstico *yō*, gr. ὄς, ant. esl. *ji-že* (o neutro *je* ainda existe sem a partícula *že*); o lituano conheceu *ja-*, que subsiste largamente nas conjunções (ver Hermann, *Ueber die Entwicklung der lit. Konjunktionalsätze*), e o gótico também possuía *jabai* “se”, que não temos razões para separar. A extensão considerável desse relativo exclui a ideia de que ele possuiria uma existência somente dialetal em indo-europeu. Ora, o latim, ainda que atestado muito antigamente, ignora de forma expressa o relativo **yo-*, assim como o dialeto vizinho, o céltico. E, nas diversas línguas em que é conhecido, esse relativo foi eliminado precocemente; o eslavo só o conhece nos textos mais antigos; o grego moderno não o possui mais. Em iraniano, ele ainda subsiste em avéstico, mas o persa antigo possui somente resquícios em suas conjunções (ver Antoine Meillet, *Grammaire du vieux-perse*, p. 174 e seguinte). É apenas como hipótese que ainda acreditamos vislumbrá-lo em céltico (ver Pedersen, *Vergl. Gramm. der kelt. Sprachen*, II, § 545, 3, p. 234 e seguinte). Assim, o antigo relativo foi eliminado integralmente, salvo na Índia, e sem razão particular. Apesar de todas as razões que essa palavra tinha para persistir, ela acabou por não sobreviver em nenhum lugar, e é difícil que, em algumas línguas muito arcaicas, ela exista atualmente, afora as línguas modernas da Índia, enquanto vestígios irreconhecíveis.

Se conhecemos poucas conjunções indo-europeias, não é necessariamente porque o indo-europeu não ligava as frases, porque ele usava, como se diz, a “parataxe”. Sem dúvida, como todas as línguas não escritas, frequentemente o indo-europeu justapunha suas frases, e a subordinação não possuía – diferentemente – a importância que ela assumiu nas línguas literárias; a língua falada, que dispõe de todas as variações de duração, altura e intensidade, da suspensão da voz e, ainda, do gesto, não tem tanta necessidade, como na língua escrita, de expressar por palavras especiais a ligação entre as ideias. Mas a ausência total de conjunções de subordinação não se concilia com a existência de um relativo tal como aquele que se atesta, e que possuía integralmente o caráter de um relativo propriamente dito. A maneira como os relativos e as conjunções, conservados a princípio, foram eliminados no decorrer da história de certas línguas mostra que seria ilegítimo concluir, a partir da ausência de qualquer conjunção de subordinação entre as línguas indo-europeias estabelecidas, que elementos desse gênero seriam ausentes também em indo-europeu. As conclusões pelo silêncio (*Argumentum ex silentio*) são sempre perigosas em gramática comparada; nesse caso, elas conduziriam a um erro grosseiro. O fato de que *sed*, *nam* e, sobretudo, *cum* e *ut*, em latim, não tenham representantes nas línguas românicas não impede que eles tenham sido muito empregados nessa língua, e no falar mais corrente, mais familiar. Sobretudo em matéria de conjunções, é preciso desconfiar da conclusão que o comparatista é sempre levado inconscientemente a tirar: como nenhuma comparação permite restituir um elemento antigo, isso indica que não havia nada. Até onde podemos seguir a história das línguas, de fato, nós acabamos de constatar que essa conclusão afigura-se ruínosa.

Resta-nos pesquisar por que, a despeito das circunstâncias que parecem ter a natureza de garantir a estabilidade, as conjunções e o relativo são tão sujeitos a desaparecer e a se renovar. Se chegarmos a determinar as causas desses desaparecimentos e renovação, sem dúvida a história do vocabulário será esclarecida de uma maneira geral, e poderemos, assim, lançar uma luz sobre a direção que pode nos levar a uma explicação das conjunções. Compreenderemos também por que, nas línguas das quais não dispomos de toda a história e em que apenas a comparação permite explicar a origem dos fatos, a etimologia de muitas conjunções permanece necessariamente obscura.

A primeira e mais importante das causas consiste na necessidade do sujeito falante de ser expressivo, de se fazer compreender e de influenciar seu interlocutor.

O emprego frequente de uma palavra, pelo próprio fato de que ele grava na memória e torna automático o uso, por assim dizer, suprime todo valor expressivo. Ora, essa perda do valor expressivo, se ela fornece ferramentas abstratas cômodas à língua escrita, gera o maior inconveniente para a língua falada, que esta não pode existir sem um apelo constante à atenção e à sensibilidade do interlocutor. Conjunções francesas como *et, ou, que, si, etc.*, são de uso corrente. Mas elas não possuem nenhum valor sentimental; são meros acessórios de frases, e o seu sentido é muito abstrato. Similarmente, existem conjunções com o mesmo sentido em diversas línguas literárias da Europa moderna: fr. *si*, al. *wenn*, ing. *if*, rus. *если* etc., que são apenas os sinais da frase condicional e não possuem o valor expressivo de uma forma gramatical.

Quando falamos, somos levados naturalmente a reagir contra essa ausência total de expressão que demanda, de maneira necessária, as conjunções. Isso se manifesta em francês quando, por exemplo, na língua falada, o “*et*” tende a ser substituído por *et puis, et après, et alors, et de plus, ou mesmo, em Paris, no falar popular, por et puis alors (et puis já muito enfraquecido), na junção de duas frases, enquanto o et ainda serve pra ligar duas palavras no interior de uma frase. Assim como o fr. ou ligando duas frases, que tende a se alargar em ou bien: ou é fraco; no italiano há ossia, etc.*

O enfraquecimento do valor expressivo das conjunções não é fruto somente do desgaste que resulta da frequência do seu emprego. Acrescenta-se uma diminuição daquilo que poderíamos chamar de “volume fonético”. Os acontecimentos fonéticos da história das línguas tendem quase sempre a uma diminuição do esforço e, por conseguinte, a uma redução das palavras existentes. Uma palavra que se perpetua em uma língua, passando por todas as sucessivas mudanças de pronúncia, sem nenhuma outra alteração, pouco a pouco se reduz; é dessa forma que uma terceira pessoa como **legeti* passa ao lat. *legit* e ao fr. *lit* (pronunciado como *li*, simplesmente). Frequentemente, isso acarreta alongamentos por reação; assim, uma palavra como o indo-europeu **owis* (*ovelha*), ainda que conservada exatamente em latim na forma *ovis*, teria originado um monossilábico em francês, reduzido a uma única vogal; essa palavra foi alongada desde o latim “vulgar” por um sufixo deveras pesado, e em francês temos *ouaille* (*oveille* em francês antigo); a palavra *onis* até desapareceu da maioria das línguas românicas, bem como o *oiç* grego.

A conjunção *et* do francês, em que o *t* é somente gráfico e nunca pronunciado, mesmo diante de vogal, ilustra bem esse fato: em latim, era *et*, com um *t* constantemente pronunciado, e o italiano ainda possui *ed* diante de uma vogal. A forma do it. *e*, e do fr. *e* (seguindo a pronúncia) é reduzida pela metade se comparada à forma latina, e essa redução de “volume fonético” contribui amplamente para a diminuição do “valor expressivo”. Mesmo em latim, o *et* representava um mais antigo **eli*, palavra que, originariamente, não significava “e”, mas “além disso, ainda”, e que correspondia ao gr. *ἔτι* “ainda” e ao sân. *āti* “além disso”. A redução progressiva, como

apontam o fr. *et* (pronunciado *e*), o lat. *et* e o indo-europeu **éti*, não é excepcional: em armênio, por exemplo, vemos como o indo-europeu **épi*, “além disso, também”, atestado pelo sân. *ápi* “além do mais, também” e pelo gr. *ἔτι* “acima”, dá a forma armênia antiga *ew*, em que tudo é conforme ao desenvolvimento fonético normal: queda da vogal de sílaba final e passagem do *p* intervocálico a *w*. O armênio antigo *ew* culminou na simples vogal *u* desde a alta Idade Média, de modo que o indo-europeu **epi* é atualmente representado em armênio pela única vogal *u*.

Esse fato do armênio evidencia outra circunstância que muitas vezes contribuiu para a diminuição do “volume fonético” das conjunções. As conjunções não são as palavras principais da frase; são palavras *acessórias*. Ora, as palavras acessórias tendem a ser pronunciadas mais rapidamente que as principais, e os seus elementos constituintes, mais reduzidos, portanto, mais sujeitos a sofrerem alteração. Foi o que aconteceu na passagem do armênio antigo *ew* ao *u*.

Assim, ora pela via semântica, ora pela via fonética e ora pela combinação de ambas, as conjunções tendem constantemente a se enfraquecer e a se reduzir.

Trata-se, antes de tudo, da necessidade de se renovar a expressão para reavivar a força que a conduziu à substituição do antigo relativo indo-europeu pelas formas do interrogativo.

A necessidade de reforçar o velho relativo indo-europeu já era muito sensível em grego antigo, em que o relativo foi alongado pela partícula *περ* em vários casos, como encontramos em *ὄσπερ*; em eslavo, a coisa é ainda mais manifesta, uma vez que o relativo *je-* apenas é empregado como relativo quando acompanhado pela partícula *že*, em que sempre temos o ant. esl. *jiže* (antigo *jī-že*) no nominativo singular. Mas esse novo alento dado ao relativo pela adição de uma partícula não foi nem um pouco suficiente para a língua. Fomos levados a recorrer a palavras novas.

O procedimento mais simples de renovação consistiu em utilizar o demonstrativo: o demonstrativo **to-* servia em indo-europeu para retomar uma palavra de uma frase precedente; tirou-se partido dessa propriedade em alemão, em que *der* assumiu, por sua situação limite entre duas frases, o valor relativo; o mesmo fenômeno havia se produzido em persa já no século VI a.C., nas inscrições aquemênidas, em que a única forma conhecida do relativo é o demonstrativo *hya*, *tya-*, e em que a reminiscência do antigo relativo indo-iraniano *ya-* apenas subsiste em conjunções como *yaθā* “como”. Assim como o gótico, que utilizou um demonstrativo anafórico em seu tipo *izei*. Esse procedimento fornecia, de forma muito cômoda, um novo relativo, mas o relativo assim obtido não tinha nada de particularmente expressivo. Também não era o mais ordinário.

O procedimento mais frequente nas línguas indo-europeias, a saber, a passagem do interrogativo para o valor relativo, pode ser ilustrado por meio das frases do evangelho em grego. O valor interrogativo de *τίς* ainda é muito claro na frase de Lucas, 6, 11: *διελάλουν πρὸς ἀλλήλους τί ἂν ποιήσχιεν τῷ Ἰησοῦ*. Mas o segundo membro dessa frase é uma subordinada, como podemos ver pela presença do optativo (que, no Novo Testamento, é apenas um vestígio: a língua de Lucas é relativamente literária, como sabemos); a tradução em antigo eslavo *glago-laaxo drugū kū čito ubo biše sŭtvorili Isusovi* (segundo o Códex Zographensis), com o “condicional” eslavo, apresenta as mesmas características do texto grego; assim como a tradução armênia *xawsein and mimeans the zinč arnicen Yisusi*; e a tradução gótica *rodidedun du sis misso hwa lawidedeina (tawidideina ms.) þamma Iesua*. Essa frase pode ser traduzida por “eles se indagam acerca do que poderiam fazer a Jesus”, tradução que realça o valor quase relativo de *τί* e de seus equivalentes eslavo, armênio e gótico.

Frases desse tipo puderam ter servido como modelos para outras em que o valor interrogativo é dificilmente apreciável; assim, temos em Lucas, 8, 36: ἀπήγγειλαν αὐτοῖς οἱ ἰδόντες πῶς ἐσώθη ὁ δαίμονισθεῖς. A língua do Novo Testamento não foi mais longe; o antigo interrogativo apresentava-se como relativo apenas na medida em que as frases com τίς, tendo valor interrogativo, pudessem servir como modelos. Afora esses casos, o relativo é sempre ὅς. Mas, com o tempo, o emprego do interrogativo com valor relativo se estendeu e, em grego moderno, a única palavra relativa é a partícula invariável που. Observamos fatos análogos em outras línguas; pois a tradução eslava da frase citada é: *vŭzvĕstišĕ imŭ vidĕvŭšei i kako sŭpase sĕ bĕsŭnovavŭi* (segundo o Códex Zographensis e o Códex Marianus); a tradução armênia: *patmecin noca oroc tesealn ĕr the ziard phrkecaw diwaharn*; a tradução gótica: *gataihun þan im jah þai gasaihwandans hwaiwa ganas sa daimonareis*.

O processo que acaba de ser descrito talvez não seja o único por meio do qual o interrogativo assume um valor relativo; nós imaginamos outros (ver Delbrück, *Vergleichende Syntax*, III, p. 389 e seguinte); é quase evidente que ele seja o principal; e ele é, de fato, o único que podemos situar no período histórico de certas línguas.

Todos os processos imagináveis nos levam a conclusão de que a língua substituiu um elemento abstrato e inexpressivo por um que era, no momento em que ocorria essa substituição, expressivo. A partir do modelo das frases ambíguas citadas, em que o interrogativo poderia ser considerado como um relativo, podemos dizer que o interrogativo recebe o valor relativo quando esse mesmo interrogativo passa a ser utilizado em frases que não possuem nenhum valor interrogativo.

Ora, a substituição do interrogativo pelo relativo não é algo raro: ela ocorreu em todos os dialetos eslavos, posteriormente à época eslava comum, uma vez que *jŭze* ainda era o único relativo do antigo eslavo; podemos observá-la em lituano, nos dialetos germânicos, em latim e nos outros dialetos itálicos, em “tocariano”, em albanês, em armênio (em que o relativo *or* é idêntico ao interrogativo *or*) e em persa; o caso persa é particularmente interessante, porque após o período do persa antigo, em que o relativo *ya-* foi substituído por um demonstrativo, veio o período palávi, quando esse demonstrativo tornado relativo foi substituído pelo antigo interrogativo (*Mémoires de la Société de linguistique*, XVIII, p. 242 e seguinte). O caso do italiano é muito antigo e remonta, aparentemente, ao período itálico comum (contrariamente ao céltico, que seguiu seus próprios caminhos); pois a diferença do interrogativo latino *quis*, osco *pis*, umbro *pis* para o relativo latino *quī* (do **que*), osco *pui*, umbro *poi* é o itálico comum; em outras línguas, a repartição entre **k^vo-* e **k^wi-* é totalmente diferente; assim, em eslavo, um desses temas serve para as pessoas: ant. esl. *kŭto* “quem”, e outro para as coisas: ant. esl. *čŭto* “o que”; assim como em armênio. É evidente que esse desenvolvimento, que ocorreu de forma independente em datas diferentes e em várias línguas distintas, respondia a uma tendência natural. Na passagem do latim ao francês, o interrogativo *quare*, cujo significado era claro e a posição justaposta, deu origem à conjunção francesa de coordenação *car que*, após um período de vitalidade, tornou-se a mais abstrata das conjunções e tende, por conseguinte, a sair de uso na língua falada; o latim *quare*, aliás, não possui um representante nas línguas românicas fora do grupo francês e provençal.

Um ponto importante, que nunca devemos perder de vista, é que, em todas as línguas em que observamos as palavras assumindo o papel de conjunção ou relativo, já existiam conjunções e um relativo e que, por conseguinte, essas palavras tiveram que se conformar aos modelos existentes. Muito frequentemente, rerepresentamos essa passagem como um verdadeiro processo de criação; na verdade, trata-se de renovações; Brugmann insistiu, muito acertadamente, nesse ponto em *Indogermanische*

Forschungen, IV, p. 229 e seguinte, no que concerne ao relativo. Mesmo que o relativo e as conjunções sejam de uso pouco frequente, basta que exista a categoria gramatical do relativo e das conjunções para que o desenvolvimento de um novo relativo e de novas conjunções seja facilitado de um modo decisivo.

Sabemos que as origens das conjunções são de uma diversidade infinita. Não existe palavra que não possa originar uma conjunção. O próprio verbo pode fornecê-la, como em latim: *uel, igitur* ou *licet*.

Seja qual for o ponto de partida, o aspecto comum a todos esses desenvolvimentos consiste na tendência, pelo efeito da repetição que atenuou progressivamente o valor expressivo e apagou sua própria significação, desses elementos que figuram na junção de duas frases a tornarem-se mera ferramenta gramatical: eles se "gramaticalizam", por assim dizer. O sentido inicial do elemento torna-se coisa quase negligenciável e sem consequências para seu desenvolvimento ulterior. O exemplo típico dessas "gramaticalizações" resultantes do emprego de certas palavras na frase é o célebre caso das palavras francesas adicionadas às frases negativas – *pas, point, rien, personne, jamais* – palavras que não possuíam nenhum caráter negativo, mas que, em função de como foram empregadas na frase, tornaram-se partículas com valor negativo pleno, autossuficientes como indicadoras da negação que, na língua falada, tendem a eliminar completamente a antiga negação *ne*, doravante prescindível. Esse exemplo basta para mostrarmos que, na etimologia das partículas e palavras acessórias das frases, o que menos importa é o sentido inicial das palavras consideradas: não existe nada em comum entre a negação e o sentido inicial de *pas, point, rien, personne, jamais*, muito diferentes, aliás. Todas essas palavras ainda são plenamente negativas. Entre o *pas* da negação e o substantivo *pas*, não existe mais nada em comum; a negação *personne* é agora uma palavra diferente do substantivo *personne*; o valor não negativo de *jamais* apenas subsiste em uma língua artificialmente arcaizante; ela não figura na fala atual.

Vemos até que ponto seria irrelevante procurar o princípio do desenvolvimento de sentido dessas conjunções no sentido inicial da palavra que a originou; é o papel na frase que decide tudo. Tentamos classificar os diversos procedimentos pelos quais um advérbio torna-se conjunção (ver, por exemplo, Morris, *On principles and methods of latin syntax*, p. 171 e seguinte). Na verdade, existem tantos processos distintos quanto palavras, e cada caso deve ser estudado separadamente.

Consideremos a palavra eslava *da*. Essa partícula é própria ao eslavo e não possui correspondente exato em nenhuma outra língua indo-europeia. Mas um único exame dos casos eslavos é suficiente para demonstrar que não existe mais um vínculo visível entre os principais empregos observados na época histórica e o sentido original de *da*. O sentido primeiro era sem dúvida "assim", e é em razão disso que o sentido de "sim" pode ser explicado, como ocorre com a partícula em estado isolado do russo, búlgaro e servo-croata – mas que não é atestado em antigo eslavo, pois o grego *vai* é traduzido nessa língua por *ei* e não por *da*. Uma palavra significando "assim", colocada diante de um verbo que expressa exortação, ordem, tem a tendência a assumir o valor de uma partícula exortativa; e esse é, de fato, um valor corrente de *da* em antigo eslavo. Mas se justapusermos duas frases, das quais uma comporta o *da* exortativo, e se ligarmos essas duas frases pela pronúnciação, *da* faz as vezes de uma palavra que expressa a finalidade da ação; assim, *da* passa a introduzir uma frase final e a assumir o valor de "para que, a fim de que", que é o mais frequente em antigo eslavo. Uma palavra que signifique "assim" é também passível de introduzir uma frase condicional e de assumir, por esse procedimento, o sentido de "se": é o que observamos em búlgaro, sérvio antigo e russo antigo. Percebe-se, portanto, que uma mesma palavra pode

expressar a noção de “sim” e de “se”; o mesmo caso é encontrado no latim, em que *sī* é uma palavra que significava “assim” e em que *sīc* (*assim*), que é *sī* mais uma partícula *c(e)*, assumiu o sentido de “sim” (it. *si*). Quanto ao fato de que uma mesma palavra serve para indicar “para que” e “se”, isso também não possui nada de surpreendente; o armênio *the*, “*que*” e “*se*”, fornece o equivalente; o sentido inicial do arm. *the* e do esl. *da* é “*assim*”.

As conjunções podem, assim, se renovar muito facilmente, uma vez que qualquer partícula, ou mesmo qualquer palavra empregada como um acessório de frase, tende a perder o seu próprio sentido para, simplesmente, assumir um valor em função do seu papel em certas frases. No momento em que ocorre a renovação, obtemos uma expressão relativamente nova e intensa; terminado o processo, não resta mais nada dessa força completamente transitória. A história das conjunções se aproxima quase completamente de um esforço sempre repetido e, por natureza, perpetuamente inútil, para obter construções expressivas.

A conjunção final do latim era *ut*, que o sentido inicial “como” não designava particularmente para esse emprego. Tornou-se muito fraco para um sentido que exige uma expressão suficientemente forte, *ut* desapareceu de todas as línguas românicas. O fr. *que*, que tomou seu lugar, apenas subsiste com esse valor na frase: *Ôte-toi que je m’y mette*, e a conjunção final do francês é *pour que* (ou, principalmente na língua escrita, *afin que*). O fr. *pour que* é muito fraco atualmente e parece insuficiente.

Torna-se patente que não são todos os tipos de expressão, para os quais servem as conjunções, que tendem à renovação. A ligação simples, expressa pela conjunção francesa *et*, não tem necessidade, em geral, de ser apresentada de forma muito intensa, e a conjunção que serve para “e” pode se manter por muito tempo sem ser substituída. A expressão de “ou” já é mais sujeita a variação: além do *ue* conservado, o latim originou *aut*, *uel*, *sīue* (*seu*); as línguas românicas apenas mantiveram um, a saber, *aut*, para quase tudo, *sīue* em romeno; o francês emprega *soit... soit*. De uma maneira geral, as conjunções indispensáveis ao uso mais corrente da língua e possuidoras de um caráter quase gramatical, como o fr. *et*, *ou*, *que*, *si*, participam muito amplamente da estabilidade que caracteriza os elementos gramaticais da linguagem; elas são muito antigas em francês; remontam à forma do latim sob a qual repousam as línguas românicas e possuem seus correspondentes na maioria das outras línguas desse grupo. Pelo contrário, as conjunções com um sentido mais especial e com mais autonomia na frase são mais instáveis.

A oposição, por exemplo, deve ser bem destacada: se indicamos um contraste entre duas frases, é geralmente para insistir nelas, e as conjunções que possuem valor de “mas”, por um lado, são sempre variadas e, por outro lado, são sujeitas à substituição por outras. As conjunções que significam “mas” são múltiplas em latim antigo: *at*, *ast*, *sed*, *uērūm*, *uērō*, *autem*, elas expressam graus diversos e nuances variadas da oposição. Nenhuma dessas conjunções sobreviveu nas línguas românicas, em que quase sempre a ideia de “mas” foi expressa por uma palavra nova, cujo antigo sentido era “mais”, lat. *magis* (it. *ma*, fr. *mais*, esp. *mas*), procedimento que pode ser encontrado, por exemplo, no sérvio *veò* (antigo *veće*, literalmente “mais grandemente”); após uma frase negativa, existe uma outra conjunção, igualmente nova, vinda de uma palavra que significava “mais cedo”: it. *anzi*, fr. ant. *ainz*, esp. *antes*. Essas expressões da oposição não foram suficientes, e nós criamos, por exemplo, a expressão: it. *tuttavia*, fr. ant. *toutes voies*, esp. *todavía*; o francês renovou novamente *toutes voies* em *toutefois*, que atualmente está saindo da língua falada, como *ainz* já saiu. O fr. *mais*, que é agora a única conjunção adversativa empregada na língua corrente, tornou-se muito fraca e já

não basta. Fomos levados a dizer *mais bien, mais plutôt, mais au contraire, mais assurément (mais bien sûr em linguagem familiar), etc.*

Também o latim possui uma variedade de palavras para expressar a noção de “embora”: *cum* e *si*, que possuem valores mais gerais, frequentemente são usados; e, ainda, com um valor especial, *etsi*, ou, com mais força ainda, *etiam si, tamen etsi (tametsi)*, ou ainda *quanquam* e *quamuis*. Tudo isso não foi suficiente, e, na época imperial, a língua literária admitia *licet, mostrando que o emprego de licet como conjunção já tinha sido adotado no uso corrente*. Dessas diversas conjunções do latim antigo, as línguas românicas não guardaram nada. A concessão pode ser expressa pela simples justaposição de duas frases; um tom de voz apropriado basta para indicar a oposição. Quando a concessão é expressa, é através de novas expressões: it. *ancor chè, ben chè, giacchè*, fr. ant. *encore que, bien que, ja soit que*, etc. O francês moderno, que conservou *bien que*, recorre a outra expressão, que não existia em francês antigo: *quoique*. A língua familiar não se contenta com esse elemento abstrato: ela possui *quand même, quand bien même* (em linguagem popular, *quand même que*) e, sobretudo, *malgré que*. Assim, a criação é constante, devido a nossa necessidade de expressar a concessão com uma força sempre renovada.

As novas palavras expressam uma mesma noção, sendo absolutamente diversas, no fundo elas possuem o mesmo sentido original: o latim *et*, armênio *ew*, eslavo *i e* grego *χαί* não possuem, etimologicamente, nada em comum; mas o sentido de “também” ainda transparece de maneira evidente nas formas antigas de cada uma dessas línguas e apenas desapareceram com o tempo; esse sentido é ainda muito visível em latim clássico, em armênio clássico, em antigo eslavo e em grego antigo.

Mas é possível, também, que as conjunções com mesmo valor possuam sentidos originais completamente distintos. É o que acontece com “se”, o indo-iraniano ainda possuía uma conjunção da família do relativo, sân. *yádi*, ant. pers. *yadiy* (sentido inicial de “quando”); o grego uma antiga partícula que servia para exortação, jôn.-áti. *ει, dór. αἰ* (cf. *ει-θε, αἰ-θε*); o latim e o osco-úmbrio partículas que significavam “assim” (aliás, formas distintas em latim e em osco-úmbrio), lat. *sī* e osco *svaí, suae*, úmbrio *sue*; etc. Na língua falada, a condição frequentemente é expressa por simples justaposição; conhecemos, por exemplo, a expressão popular francesa: *une supposition, il vient, je le chasse*.

É importante notarmos um detalhe que já abordamos de forma sucinta: na conversação corrente, em língua familiar, em que as inflexões da voz e as pausas indicam as relações entre as ideias expressas, relativamente, temos pouca necessidade das conjunções; geralmente falamos por frases simples, que não são ligadas gramaticalmente entre si.

As conjunções são úteis, sobretudo, no discurso solene ou ritual, em que dispomos muito menos livremente das inflexões de voz e das pausas; elas são indispensáveis na língua escrita que, sem conjunções, logo se tornaria ininteligível. Além disso, a língua solene e a língua escrita recorrem naturalmente a frases compostas de vários membros para expressar um pensamento complexo e cheio de nuances. Desenvolvendo-se mais habitualmente no falar corrente e expressivo, as conjunções são fixadas, sobretudo, no falar solene e, em particular, na língua escrita. Mas é do falar familiar, em que elas são primeiramente usadas, quando ainda são apenas conjunções, em função das intenções dos sujeitos falantes, que elas passam à língua erudita, que desenvolve seu uso e as conserva por muito tempo, mesmo que elas tenham desaparecido da língua falada.

É esse uso erudito das conjunções que nos leva, às vezes, à realização de empréstimos a línguas estrangeiras: o turco adotou o *ki persa*. A história das línguas

indo-europeias oferece poucos equivalentes a esse respeito. Entretanto, o romeno também recorreu aos empréstimos linguísticos. Não devemos esquecer que a língua erudita, em que as conjunções são imprescindíveis, é particularmente sujeita ao empréstimo de palavras de todo tipo.

Se os elementos de ligação das frases, e em particular as conjunções de subordinação, diferem entre a maioria das línguas indo-europeias, isso não tem a ver, necessariamente, com o fato de que o indo-europeu teria sido uma língua pouco civilizada, que praticava somente a justaposição das frases. Do indo-europeu, pouco conhecemos daquilo que subsiste, da antiga língua corrente, nos vários idiomas. Ora, na língua corrente, a experiência nos mostra que, por um lado, salvo algumas partículas indispensáveis como *et*, *ou*, *que*, *si*, as conjunções são relativamente pouco empregadas e que, por outro lado, elas estão sujeitas a se renovar ininterruptamente.

Referências

_____. Mémoires de la Société de Linguistique de Paris. Vol. 18, 1913.

BRUGMANN, Karl. Indogermanische Forschungen. Bd. IV, 1894.

HERMANN, Eduard. Über die Entwicklung der litauischen Konjunktionalsätze. Frommannsche Buchdruckerei, 1912.

MEILLET, Antoine. Grammaire du vieux-perse. H. Champion, 1931.

MORRIS, E. P. On principles and methods in Latin syntax. New York: C. Scribner's sons, 1901.

PEDERSEN Vergl. Gramm. Der Keltischen Sprachen. Bd. 2, 1913.

Data de publicação inicial: 1916

Data de aprovação da tradução: 22-05-2017

Data de publicação: DD-07-2017